



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141416 - MG (2021/0011942-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RONY FERNANDO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : FERNANDA STEFANI FONSECA DE SOUZA - MG139926
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RONY FERNANDO DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n.1.0000.20.583222-3/000).

O recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33 e art. 35 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente que o decreto construtivo careceria de fundamentação e estaria calcado, exclusivamente, na gravidade abstrata do crime.

Aduz que não estaria demonstrada a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Alega que, considerando as circunstâncias dos fatos imputados e suas condições pessoais, seria cabível a substituição da custódia por cautelares diversas, previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os motivos explicitados pelo colegiado recorrido para manter a custódia operada, tendo ficado consignado que *"(...) Voltando ao caso vertente, verifica-se que o risco de reiteração criminosa do autuado Rony, o qual possui em seu desfavor outro inquérito policial pela prática do mesmo tipo de crime, conforme CAC de ff. 36/36v, o que indica habitualidade delitiva na prática do crime de tráfico de drogas".* (fl. 119).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência